

14-02-2020

O ensino sobre o trabalho: para além de uma “vitória de Pirro”

Diego de Oliveira Souza

[Doutor em Serviço Social/UERJ. Professor do PPGSS-UFAL/
Maceió e da graduação em Enfermagem/UFAL/Arapiraca]

De um lado, constatamos que ensinar (e aprender) qualquer coisa, hoje, é quase uma quimera. Do outro, o mundo do trabalho se apresenta como o motor do processo de exploração e alienação dos trabalhadores, por vias cada vez mais sofisticadas. No primeiro caso, vivemos uma conjuntura de asfixia financeira das instituições públicas de ensino que se mescla a um processo de perseguição ideológica e desqualificação dos professores, o que compõe um mosaico (histórico) de problemas que dificulta que essas instituições atendam as demandas sociais. No segundo caso, vivemos a expansão de um processo produtivo que aumenta as desigualdades materiais e “espirituais” entre possuidores e não possuidores dos meios de produção, com a mediação tecnológica cada vez mais presente, a serviço de tal expansão. Nesse quesito, pensemos que ela, a tecnologia, é aplicada – para além da transformação do objeto de trabalho – para reformular relações de natureza política, jurídica, ética etc. que atravessam o mundo do trabalho, haja vista, por exemplo, a falácia criada pelo empreendedorismo por meio da uberização (ver texto da coluna de opinião do mês de janeiro, “[Com tecnologia, ‘morte e vida Severina’ hoje em dia](#)”).

Do entrelaçamento dessas duas questões, surge uma equação de difícil solução: ensinar sobre o complexo do trabalho para futuros trabalhadores ante uma ofensiva crescente do capital. Olhando essa equação apenas por suas variáveis imediatamente dadas, sua solução parece residir no preparo destes trabalhadores para o mercado de trabalho. Todavia, esse horizonte é construído a partir da abjeta lógica do capital, transformando o ensino-aprendizagem em adestramento ou, para ficar com termos da atualidade tecnológica, em programação de robôs capazes de fazer o autômato capitalista funcionar. O ensino nesta perspectiva naturaliza a exploração capitalista e difunde suas estratégias contemporâneas: pensemos em slogans da narrativa atual como “empreenda, seja seu próprio chefe”, “trabalhe enquanto eles dormem” ou “o maior obstáculo para sua vitória é você mesmo” - estes expressam as “metamorfoses do trabalho” e que, há poucos anos, valiam-se de outros clichês como “vista a camisa da empresa” e “você é nosso colaborador”, ainda, de algum modo, persistentes. Para o professor, quando consciente da natureza desse horizonte mesquinho, é peremptória a tomada de posição, a favor ou contra esse horizonte.

Com efeito, ensinar sobre o trabalho, numa perspectiva emancipadora, pressupõe abordá-lo enquanto fundamento da sociedade, fazendo a crítica, inclusive, à forma que ele assume ante os ditames do capital. Tal crítica consiste no quiproquó que devemos enfrentar, isso se o horizonte perseguido for o de transformação das atividades de ensino em atividades educativas emancipadoras. Vale lembrar que essas atividades são aquelas que apresentam aos indivíduos o que há de mais elevado no patrimônio coletivo científico, artístico, cultural etc., mas que permitam constatar o caráter radicalmente histórico da realidade, a origem e a dinâmica da sociedade em que se vive e a possibilidade de transformação. Isso não implica ignorar a defesa das instituições de ensino hoje em crise, mas para além disso e prioritariamente, exige a efetivação de atividades educativas emancipadoras em todos os espaços da vida social ([ver texto de Ivo Tonet](#)).

A nosso ver, é preciso entender que, na sociedade atual, embora o ensino formal esteja subjugado ao mercado de trabalho (leia-se, ao capital), pode-se trazer para o seu interior o debate sobre os fundamentos do trabalho, a fim de, entre outras coisas: 1) entender o papel ontologicamente prioritário deste complexo para a sociedade; 2) perceber o caráter histórico da exploração do trabalho no capitalismo, sob a forma de processo de valorização (logo, produção de mais-valia); 3) identificar as determinações recíprocas com os outros complexos sociais, o que implica entender como o Direito, Política, Arte, Educação etc. refletem a exploração econômica; 4) resgatar a questão de classe social e consciência de classe no bojo da história (da luta de classes), o que abre a possibilidade para uma outra maneira de conceber o mercado de trabalho; 5) problematizar as transformações da temporalidade imediata, como no caso brasileiro com as reformas trabalhista e previdenciária, a terceirização irrestrita e outras formas de precarização do trabalho (aí inclusa a uberização), a crise dos sindicatos e dos movimentos sociais, a pauta econômica neoliberal etc.; 6) apreender tais mediações sem se descolar dos fundamentos últimos desta sociedade, na construção de atividades educativas contra o capital, vislumbrando uma forma de trabalho efetivamente livre.

Decerto, abordar o trabalho tal qual ele se apresenta no capitalismo como se fosse a sua última forma histórica possível e portanto insuperável, certamente nos limitará a uma abordagem mercadológica, reproduzindo os clichês aqui já mencionados e, o que é ainda mais grave, levando o trabalhador a acreditar que a luta que ele precisa vencer é aquela pela inserção no mercado de trabalho, sem se dar conta de que isso não passará de uma “[vitória de Pirro](#)”.

■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.